



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 14/2019

Período: 04/05/2019 – 10/05/2019

GEDES - UNESP

- 1- Militares brasileiros avaliaram crise venezuelana
- 2- Julgamento de militares foi adiado
- 3- Ministério da Defesa sofreu corte no orçamento
- 4- Flexibilização da norma de acesso a armas

1- Militares brasileiros avaliaram crise venezuelana

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, militares que assessoram o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, avaliaram que a deposição em curto prazo do presidente venezuelano, Nicolás Maduro, não é provável. De acordo com o jornal, os 25 militares venezuelanos que pediram asilo à embaixada brasileira na cidade de Caracas são de baixas patentes. (Folha de S. Paulo – Poder – 04/05/19)

2- Julgamento de militares foi adiado

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o Superior Tribunal Militar (STM) adiou, no dia 08/05/19, o julgamento do pedido de soltura dos nove militares que mataram dois civis na cidade do Rio de Janeiro. Na ocasião, os militares dispararam 83 tiros contra um veículo ocupado pelas vítimas. De acordo com o jornal, o adiamento ocorreu devido ao pedido de vista feito pelo ministro José Barroso Filho, que deve devolver o processo ao Plenário em até 10 dias. De acordo com a *Folha*, antes do adiamento, a situação do julgamento era de quatro votos favoráveis a que os militares respondessem o processo em liberdade, contra um contrário. O periódico destacou a composição do STM, que conta com dez ministros militares e cinco civis. O jornal ressaltou que a prisão não ocorreu em decorrência do duplo homicídio, mas pela quebra das regras de engajamento da operação. Desde 2017, a responsabilidade pela apuração de crimes cometidos por militares contra a vida de civis foi transferida para a Justiça Militar por uma lei aprovada pelo ex-presidente da República, Michel Temer. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 08/05/19; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 09/05/19)

3- Ministério da Defesa sofreu corte no orçamento

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, o Alto Comando das Forças Armadas, na ocasião de um almoço com o presidente da República, Jair Bolsonaro, foi informado sobre um contingenciamento de aproximadamente 43% no orçamento do Ministério da Defesa. Segundo o governo, o corte está inserido no processo de equalização orçamentária, vinculado à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). De acordo com o jornal, a notícia não agradou a alta cúpula militar. Oficiais afirmaram que este foi, proporcionalmente, o maior contingenciamento já feito por um governo. O porta-voz da Presidência da República, Otávio Rêgo Barros, afirmou que o governo pode reacomodar o orçamento dos ministérios que foram contingenciados após a aprovação da reforma da Previdência e do estabelecimento de outras ações estruturantes. Segundo *O Estado*, o Ministério da Defesa declarou, em nota, que no momento bloqueio não afeta as operações da pasta e que a mesma “trabalha com a expectativa de recuperação da economia e reequilíbrio do orçamento brevemente”. Por outro lado, oficiais-generais ouvidos pelo jornal, afirmaram que se os recursos não forem liberados até setembro, a situação nos quartéis ficará crítica. Ademais, o jornal destacou que o contingenciamento ocorreu no contexto de tensões entre os militares no governo e o escritor Olavo de Carvalho. Na mesma ocasião, o presidente pediu para os militares que cessem as polêmicas (*Correio Braziliense*– Política – 08/05/19; *O Estado de S. Paulo* – Política – 08/05/19)

4- Flexibilização da norma de acesso a armas

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 07/05/19, o presidente da República, Jair Bolsonaro, assinou um decreto que flexibilizou a regulação sobre o porte de armas de fogo e o acesso a munições. Segundo os jornais, colecionadores, atiradores esportivos e caçadores, identificadas pela sigla CAC, além de praças das Forças Armadas com mais de dez anos de serviço, passaram a ter regras menos rígidas para compra, registro, porte e posse de armas e munições no território nacional. Dentre as mudanças está a possibilidade de compra, pelos CACs, de até 5 mil munições anualmente por arma de uso permitido e mil para armas de uso restrito. A categoria está também autorizada a importar armamentos do exterior, o que era proibido pela Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército Brasileiro. Segundo a *Folha*, em 2017 uma portaria do Exército já havia flexibilizado o porte de armas para atiradores esportivos, estabelecendo que esses “podem eleger uma de suas armas para ser transportada municiada entre o seu local de guarda e o local de treinamento ou competição e vice-versa”. Outra medida adotada é a autorização para que praças das Forças Armadas possam ter direito ao porte de arma de fogo. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública afirmou que vê a medida com preocupação, pois “é uma tentativa de driblar o Estatuto do Desarmamento, em vigor no país desde 2003”. Segundo a entidade, o decreto “ignora estudos e evidências que demonstram a ineficiência de se armar civis para tentar coibir a violência em todos os níveis”. De acordo com *O Estado*, com base em informações oficiais do Exército o Instituto Sou da Paz apontou que “a medida vai permitir que 255 mil CACs tenham permissão para andar armados”. Em relação ao acesso a munições, em 2018, a quantia comprada por atiradores desportivos superou aquela adquirida pelas Forças

Armadas, segundo o Instituto. (Correio Braziliense– Política – 08/05/19; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 08/05/19; O Estado de S. Paulo – Metr pole – 08/05/19)

SITES DE REFER NCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o cont do na  ntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo n o s o dispon veis gratuitamente na vers o online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as not cias destes jornais utilizadas na produ o do Informe Brasil, podem solicit -las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruna Carolina da Silva Souto (Redatora, graduanda em Rela es Internacionais); David Succi Junior (Supervisor, doutorando em Rela es Internacionais, bolsista Fapesp); D bora Maria dos Reis Pinto (Redatora, graduanda em Rela es Internacionais); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Rela es Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Rela es Internacionais); Juliana de Paula Bigat o (Supervisora, doutora em Rela es Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Rela es Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Dias de Paula (Supervisor, mestrando em Rela es Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Molina Ferreto (Redator, graduando em Rela es Internacionais); Solano Pereira d'Oliveira (Redator, graduando em Rela es Internacionais).